

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2021 a 31/07/2021

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/9

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:00
Publ.: DCD - 02/07/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a cobrança de Imposto de Renda dos contribuintes com renda mensal de até três salários mínimos, preconizada na proposta governamental de reforma tributária. Continuidade da prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro, no tocante às medidas sanitárias de prevenção do coronavírus. Realização, no Estado da Paraíba, de manifestação contra o Governo Federal.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidenta, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, é triste constatar que o Governo Bolsonaro faz de tudo para penalizar o povo. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que a reforma tributária de Paulo Guedes vai penalizar quase 7 milhões de brasileiros. O estudo mostra que o Governo vai proibir quem recebe até três salários por mês de fazer a declaração de Imposto de Renda em formulário simplificado. Hoje, esse tipo de declaração é livre para qualquer faixa de renda, mas, com essa medida do Governo, essas 7 milhões de pessoas vão pagar mais impostos. Neste Governo é assim: para eles, farra do dinheiro público; para o povo, só aperto.

Sra. Presidenta, enquanto a CPI da COVID avança, o Bolsonaro continua praticando crimes de responsabilidade. A *Folha de S.Paulo* levantou pelo menos 10 crimes cometidos por ele em 3 semanas. Ele diz que quem teve COVID ou foi vacinado não precisa usar máscara. Além de ter retirado a máscara de uma criança que pegou no colo no Rio Grande do Norte, o Bolsonaro anda dizendo que máscara faz mal às crianças. É a CPI apertando o cerco, e o Bolsonaro empurrando o povo para a morte e cometendo crimes.

Também registro que, aqui na Paraíba, estaremos nas ruas no dia 3 protestando: "*Fora, Bolsonaro!*". Pediremos a queda deste Governo corrupto e genocida, que destruiu o Brasil e manda o povo para a

morte. Portanto, fora, Bolsonaro!

Sra. Presidenta, peço a divulgação no programa *A Voz do Brasil* e pelas redes de comunicação da Câmara dessas duas falas que aqui fiz.

Muito obrigado.

Documento 2/9

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-11:04
Publ.: DCD - 02/07/2021 - VINICIUS POIT-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Saudação ao estagiário Eduardo e à militante do partido Novo, Letícia, em visita à Casa. Acuidade dos Parlamentares na apreciação da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero não só registrar a presença, mas também dizer que nós sempre vemos a política como um meio de inspirar, motivar e deixar um legado. Eu acho que parte da política está relacionada a propósito, a vocação, a missão para virmos aqui transformar o País, para servirmos à nossa Nação e para inspirarmos outros jovens.

Eu fico muito feliz de estar ao lado do Eduardo, que é um jovem que entrou como estagiário no meu gabinete e está em crescimento e evolução, e da Letícia, que é uma jovem superpolitizada, estudante de medicina do nosso Estado de Roraima, como a Deputada que acabou de se pronunciar aqui. A Letícia representa o nosso partido lá e tinha o sonho de conhecer Brasília e a Casa do Povo. Ela falou para mim: *"Puxa vida, vocês não se sentem emocionados aqui por todo dia fazerem parte da história? Parece que eu estou vivendo a história do Brasil"*. Eu acho que, às vezes, nós nos esquecemos disso, porque ficamos no trabalho do dia a dia, no automático, mas é bom nos nutrirmos da energia dos jovens, Presidente, para nos lembrarmos do nosso papel de representação do povo e da missão e do legado que temos de deixar para o nosso País.

Então, agradeço a oportunidade de fala e agradeço a visita da Letícia e do Eduardo, que sempre acreditou no nosso trabalho e está aqui trabalhando conosco.

Dada a oportunidade de falar aqui, quero utilizar o meu tempo para tratar de um tema muito importante também, que é a tal da reforma tributária. Todo mundo está vendo lá fora que paga muito imposto e recebe pouco de volta. Com essa reforma enviada pelo Governo, nós temos de tomar cuidado, para não a fatiar muito, para que não vire uma colcha de retalhos e onere quem gera emprego. O trabalhador brasileiro precisa de emprego. Se nós onerarmos muito os setores que geram emprego, vamos causar desemprego, vamos afastar investimentos do Brasil, e isso é ruim para todo mundo. Vamos pensar mais sobre uma reforma tributária melhor para o Brasil.

Obrigado, Sra. Presidente.

Documento 3/9

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços do gás de cozinha. Falta de recursos da grande maioria da população brasileira para compra de alimentos. Aprovação, pela Comissão de Defesa do Consumidor, do substitutivo oferecido pela oradora ao Projeto de Lei nº 1.231, de 2020, sobre o impedimento da cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel e TV, durante pandemias declaradas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Apresentação à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, de emendas destinadas à extinção de supersalários no serviço público. Defesa de realização da reforma tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu ouvi os discursos de vários dos meus colegas, e, infelizmente, nós temos um único som, que é o som daqueles que estão decepcionados com o que nós estamos vendo na política brasileira, na economia brasileira, o som daqueles que têm o mínimo de sensibilidade de entender que a população sofre, e sofre muito.

Cada vez que o preço do gás aumenta - e vem aumentando de novo, em 6% -, a população sofre mais. É uma população que, em grande maioria, não tem dinheiro para colocar os alimentos da cesta básica na mesa, quiçá para comprar o gás de cozinha para cozinhar os alimentos da cesta básica.

Nós, dentro da Câmara dos Deputados, temos feito aquilo que

podemos. Relatei, Sr. Presidente, na semana passada, projeto que acaba com a multa por quebra de contrato de fidelização. Falo daqueles que vendem pacote de celular e Internet. Nós sabemos que essas operadoras, muitas vezes, aplicam essas multas, mas hoje a população brasileira precisa é de dinheiro para colocar arroz e feijão na mesa.

E nós temos muito mais a fazer. Ouvi alguns colegas falarem dos grandes salários, dos supersalários. Hoje, para muitas das carreiras, o teto é o piso. O teto, que deveria realmente ser o teto do serviço público, é o piso, porque há os penduricalhos. Muita gente faz ali os seus subterfúgios para ganhar muito mais, como o próprio Presidente da República fez para parte dos privilegiados militares da alta casta. É gente que hoje está ganhando perto de 80 mil reais no lombo daqueles que pagam a conta, que pagam os impostos.

É preciso mudar, e é preciso mudar muita coisa. É preciso que nós, de fato, coloquemos a reforma administrativa para andar. Não falo de uma reforma administrativa que seja um arremedo. Eu propus duas emendas à reforma administrativa, para colocar todo mundo da alta casta do serviço público no meio desse processo. Não adianta tirar Ministério Público, tirar o Poder Judiciário, tirar o Poder Legislativo, não. Todos aqueles que estão na alta casta do serviço público precisam entrar na reforma administrativa. A reforma administrativa não é para pegar policial e professor, não. É para pegar aqueles supersalários.

Esta Câmara tem muito a fazer. Além da reforma administrativa, tem que fazer uma reforma tributária de verdade, não uma reforma tributária que castigue mais os pobres, como lamentavelmente pode acontecer. Nós temos uma grande responsabilidade com este País, quando vemos um Governo que é absolutamente irresponsável e que não tem qualquer empatia com o povo brasileiro, com este País.

Portanto, a este Parlamento cabe a responsabilidade de fazer o seu trabalho e também o trabalho do Poder Executivo. É assim que o Brasil tem, aos trancos e barrancos, enfrentado esta pandemia, Sr. Presidente.

Documento 4/9

74.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 06/07/2021 - CD	18:56
---------	---	-------

Publ.: DCD - 07/07/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Realização da reforma tributária. Meticulosidade e prudência dos Parlamentares na apreciação do Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, do Poder Executivo, relativo à alteração da legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Efeitos decorrentes da tramitação da propositura.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, desde que iniciamos o debate sobre a reforma tributária, meu querido Deputado Motta, que é o Relator do PL 3.887, eu vi, a despeito de visões divergentes sobre aspectos que tramitavam na Casa - eu era um crítico muito duro da PEC 45, tinha mais simpatia pela PEC 110 -, que três coisas nos uniam, as três premissas, Deputado General Peternelli, que devem orientar qualquer tentativa de reforma do nosso sistema tributário nacional.

Uma delas é a neutralidade tributária. Reforma tributária não pode ser desculpa para aumento de imposto e aumento de arrecadação. Então nos unia a ideia de que qualquer proposta tinha que ser neutra. Não haveria perda nem aumento de receita. O esforço por equilíbrio setorial também nos unia. Nenhum setor da economia poderia ser sobretaxado para que outro passasse a ser ou permanecesse subtaxado. E nos unia a ideia de que o nosso sistema é muito complexo e regressivo. Precisaria, portanto, ser mais simples e mais progressivo,

com os mais ricos pagando mais, para que os mais pobres paguem menos.

Quando assisti ao anúncio, à apresentação do Ministério da Economia da segunda etapa da proposta de reforma tributária, referente ao PL 2.337/21, relatado pelo Exmo. Deputado Celso Sabino, eu imediatamente fui às minhas redes sociais elogiar as premissas, porque elas eram corretas: combater a elisão fiscal, aumentar o limite de isenção do Imposto de Renda, fazer com que fundos fechados passem a ser tributados, criar mecanismos de tributação dos fundos imobiliários, criar mecanismos de tributação dos mercados de capitais. As premissas eram corretas, mas logo após o elogio às premissas eu fiz a ressalva: eu quero esperar o texto, porque o texto precisa ser a tradução dessas premissas, o texto precisa garantir a neutralidade, o equilíbrio setorial e a simplicidade do nosso sistema tributário.

Eu quero dizer que, depois de ter acesso ao texto, eu descobri que o texto é a negação absoluta das premissas apresentadas pelo Ministério. O texto não garante neutralidade; pelo contrário, garante aumento de tributo e aumento de arrecadação. O texto não garante

equilíbrio setorial, porque sobretaxa alguns setores da economia, notadamente o setor imobiliário, notadamente o setor de *shopping center*, notadamente o mercado de capitais. E o texto não traz nada de simplificação; pelo contrário, torna o modelo muito mais complexo, aumenta as obrigações assessorias, tende a aumentar o contencioso tributário.

Diante disso, nós precisamos, primeiro, ter prudência no debate desse texto. Nem o PL 3.887/20, que está longe de ser uma reforma tributária... Parece-me que isso é muito mais um esforço do Governo para tentar recompor a perda decorrente da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, como também das mudanças propostas no projeto que trata de Imposto de Renda. Esses dois projetos precisam ser fruto de um profundo debate federativo. A proposta da CBS tem um impacto na receita dos Municípios brasileiros, desequilibrando mais ainda o pacto federativo nacional. A proposta de reforma do Imposto de Renda quanto à taxação de lucros e dividendos tem um impacto de complexidade no sistema e um impacto muito perigoso em alguns setores.

O Deputado Peternelli tem uma proposta de reforma tributária que merece a reflexão de todos nós. Quando se parte da exceção para legislar para o todo, a tendência de errar é enorme. É verdade que há gente pegando seus imóveis, colocando dentro de fundo imobiliário para fazer elisão fiscal - é verdade. Mas o mecanismo para combater isso é criar novas regras para os fundos imobiliários, por exemplo, estabelecer um mínimo de 500 cotistas. Assim, evita-se esse mecanismo.

É verdade também que muita gente estabelece o seu pró-labore abaixo do teto do Imposto de Renda, não paga nada na pessoa física e tira tudo como dividendos para não pagar nada. Isso precisa ser combatido também. Mas o mecanismo para combater isso é a taxação apenas quando da transferência do dividendo da pessoa jurídica para a pessoa física, porque há conglomerados de empresas organizadas em *holding*, em que uma dá prejuízo, a outra dá lucro. Isso ocorre em *shoppings*, por exemplo. E é a *holding* que estabelece o equilíbrio e distribui os dividendos. Se se sobretaxar apenas as que dão lucro, desequilibram-se absurdamente vários setores da nossa economia.

Nós já tivemos três efeitos decorrentes da simples tramitação do PL 2.337/21. O primeiro deles foi o pavor do mercado e do setor produtivo. O segundo deles foi um efeito muito prático: o dólar saiu de 4,90 reais para 5,20 reais. E o terceiro deles foi o mais perigoso: se é projetado que nós vamos aprovar agora a taxação de lucros e dividendos, quem está prevendo construir um galpão no ano que vem já cancela e já distribui o lucro agora. Nós vamos ter uma corrida por distribuição de lucro que vai reter investimentos fundamentais para a retomada da

economia do nosso País.

Portanto, eu quero terminar esta minha fala pedindo a mais absoluta prudência e o cuidado desta Casa para que possamos acertar não para nós, mas para o Brasil.

Documento 5/9

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD	19:32
Publ.: DCD - 08/07/2021 - CELSO MALDANER-MDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Necessidade de realização, pela Câmara dos Deputados, de ampla discussão da proposta governamental de reforma tributária. Defesa de reformulação do Sistema Tributário Nacional com ênfase nos princípios de justiça, neutralidade e simplicidade, e na redução da carga tributária imposta aos contribuintes. Propósito do Governo Federal de aumento da arrecadação com a reforma tributária.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, olá!

O Governo Federal acaba de propor um projeto de reforma tributária. Ele deverá ser votado nos próximos meses, mas, antes que seja aprovado, é preciso fazer uma profunda análise e discussão dessa proposta, porque muitas das medidas apresentadas vão na contramão do que o nosso País precisa.

Eu acredito, Sr. Presidente, que um bom sistema tributário tem que se basear em três princípios, justiça, neutralidade e simplicidade, ou seja, não deve onerar mais um grupo da sociedade em detrimento de outro, não pode atrasar o desenvolvimento do País e deve ser simples de ser calculado e pago. Infelizmente, o projeto do nosso Ministério da Economia não atende esses requisitos. Em teoria, o novo sistema deveria diminuir a tributação para grande parte dos brasileiros, mas, na prática, não é isso o que vai acontecer.

Se por um lado a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda vai dobrar o número de brasileiros isentos, por outro a extinção da declaração simplificada vai elevar os impostos para a grande maioria dos contribuintes. É claro, não há nada mais justo do que aumentar a faixa de isenção de 1,9 mil reais para 2,4 mil reais, o que é muito pouco ainda. Além disso, a tributação sobre lucros e dividendos vai afetar, de

forma desproporcional, os empreendedores, que já pagam seus tributos por meio das taxações de suas empresas. Por exemplo, hoje se paga em torno de 34,5% entre Imposto de Renda e contribuições, as taxas federais.

Está claro que a intenção do Governo é só aumentar a arrecadação, porque vai diminuir muito pouco a tributação paga por cidadãos mais pobres, enquanto aumenta, de forma exorbitante, a arrecadação com a extinção da declaração simplificada e com a tributação de dividendos.

Tenho muito respeito pelo Ministro Paulo Guedes - inclusive, hoje o recebemos aqui na Casa, na Câmara Federal -, mas não está certa essa proposta. O Governo diz que é uma redução tributária, mas, na verdade, é justamente o oposto.

Em um momento de pandemia, em que precisamos estimular a produção e o investimento para avançar economicamente, não faz sentido aumentar a carga tributária, que hoje já é de cerca de 32% do PIB, muito acima da de outras nações em desenvolvimento. Nenhum país do mundo está fazendo isso. Não é certo que o Brasil coloque mais esse peso nas costas de trabalhadores e empreendedores. Vamos cobrar juros sobre capital próprio, vamos tributar os dividendos, desestimulando, com isso, os acionistas, que se dedicaram por várias décadas às suas empresas, de segunda, de terceira geração. Agora vão ter que pagar 20% sobre os dividendos, embora a maioria se aposente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Temos que discutir, rever e alterar essa proposta de reforma tributária para que ela traga benefícios reais para os contribuintes sem onerar injustamente o setor produtivo. Não podemos desestimular o setor produtivo, principalmente o agronegócio, que vem dando certo neste País.

Esse vai ser mais um foco do nosso trabalho nos próximos meses. E conto com o apoio e a opinião de todos para avançarmos nesse assunto.

Ficamos aqui discutindo mais de ano, praticamente. Temos a PEC 45 e a PEC 110. E agora vem a proposta do Governo, fatiada, que vai onerar as empresas, e as empresas vão querer passar isso para os consumidores.

Temos que parar com a sangria e saber qual é o tamanho do Estado que nós queremos - não queremos nem Estado mínimo, nem Estado máximo, mas Estado forte. Por isso, é muito sério esse assunto. Temos que saber o tamanho do Estado que nós queremos para depois aprovar a reforma tributária.

Sr. Presidente, eu gostaria que este meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 6/9

75.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 07/07/2021-19:56
Publ.: DCD 08/07/2021 -	-CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos à Polícia Militar do Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, pelo resgate de funcionária vítima de assalto. Maior atenção para com a Zona Franca de Manaus no processo de reforma tributária. Apoio à proposta governamental de substituição do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Operações com Bens e Serviços - CBS.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Eduardo Bismarck.

Antes de começar a falar sobre a reforma tributária, eu queria parabenizar os policiais militares de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, pelo excelente trabalho ao salvarem uma vida. A Polícia Militar chegou no momento de um assalto, fez o cerco, de modo a que dois bandidos se rendessem, um, no entanto, usou uma funcionária como escudo humano - o bandido não quis negociar, e a Polícia Militar salvou uma vida. O bandido foi para o inferno, graças a Deus!

Presidente, eu sei que V.Exa. milita muito na reforma tributária, mas nós temos que ter o cuidado de não causar uma disfunção no nosso País. Nós temos que trabalhar a reforma tributária com bastante calma e de forma gradual. Nosso País é plural, tem dimensões continentais. Nós não podemos tratar a Amazônia do mesmo jeito como tratamos São Paulo. A Zona Franca sempre é atacada durante a reforma tributária, mas ela presta grandes serviços ao nosso País. O Amazonas preserva 97% da sua floresta. Sabe por quê, Deputado Bismarck? Porque, em vez do machado do agronegócio, nós escolhemos a industrialização.

Os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus não atrapalham o

restante do País. São Paulo e os outros Estados têm que entender que as indústrias que estão na Zona Franca de Manaus são, na maioria, multinacionais. Se elas não receberem incentivos fiscais, não vão para São Paulo, nem para outro Estado. Elas vão para fora do País. Assim, nós deixaremos de arrecadar, de gerar empregos e de preservar a Floresta Amazônica.

Diante disso, que caminho nós devemos tomar? Minha sugestão é uma proposta do Governo que está nesta Casa, a CBS, que é a mais consensual. Vamos trabalhar, por meio da CBS, a situação do PIS/COFINS, para simplificar esse manicômio tributário que há no Brasil! Vamos caminhar neste sentido, e o Congresso vai discutindo.

Nós vamos tratar de outros assuntos, como ICMS, IPI, mas não podemos afetar aqueles que prestam grandes serviços ao nosso País, como o de preservar a floresta.

Se não preservar a Floresta Amazônica, o Brasil vai sofrer embargos econômicos, vai sofrer embargos no agronegócio. Ninguém vai comprar a soja do Brasil, ninguém vai comprar a carne do Brasil, porque estão desmatando a floresta.

Portanto, não devemos mexer na Zona Franca de Manaus! Não vamos mexer nos concentrados! Eles geram empregos não apenas na Capital, mas também no interior do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado, pois temos uma Líder que espera para falar.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM) - Não vamos mexer nos concentrados, pois eles prestam um grande serviço ao levar empregos para o interior do Estado. Assim, os ribeirinho e o povo do interior não recorrem ao agronegócio nem desmatam, porque eles ficam empregados, graças à indústria de concentrados na Zona Franca de Manaus.

Para isso, devemos trabalhar com parcimônia e de maneira gradativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Realização da reforma tributária. Inclusão de pleitos municipalistas no processo de reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje eu ouvi falar, em tom otimista, o nosso Presidente Arthur Lira sobre a proposta da reforma tributária. Segundo ele, a taxa aos que mais ganham é exemplo dos bancos, é exemplo dessa alta carga tributária para o setor produtivo. É uma pauta esperada, sonhada há anos no País, onde os impostos encarecem a cesta básica, os combustíveis, os insumos agrícolas, as taxas e os serviços, penalizando, na ponta, os menos favorecidos, o comércio e os prestadores de serviço.

Talvez não seja a reforma tributária ideal, mas o primeiro passo precisa ser dado, Sr. Presidente. Eu destaco aqui, nesta rápida fala, a necessidade de um projeto complementar para contemplar a pauta municipalista, como o parcelamento previdenciário, incluindo um novo modelo de pagamento dessas obrigações pelos Municípios, a reavaliação da dívida, da divisão do bolo, da arrecadação, o aumento das cotas do FPM e do ICMS, porque é nos Municípios que as coisas acontecem, é lá que o cidadão vive e trabalha, e são as Prefeituras quem encaminha as demandas do povo.

Confio na boa condução que o Presidente Lira dará a essa pauta aqui na Câmara e também no Senado, junto ao Presidente Pacheco.

Desde já, faço um apelo para que sejam sensíveis aos pleitos dos Municípios e dos setores econômicos que precisam de menos tributação para gerar emprego e renda no País. É disso que realmente precisamos com a reforma tributária. É essa a reforma que o povo brasileiro espera e de que precisa.

Peço a divulgação deste pronunciamento, Sr. Presidente, no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 8/9

79.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021-
CD 00:28

Publ.: DCD - 16/07/2021 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio às proposições governamentais. Distribuição, pelo Governo Federal, de vacinas contra a Covid-19 aos Estados brasileiros. Reaquecimento da economia brasileira. Importância do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Resultados positivos alcançados pela agricultura brasileira. Destinação, pelo projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020, de recursos aos hospitais filantrópicos, às Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e às Associações Pestalozzi. Agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde. Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Transformação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE em instrumento de crédito permanente. Excelência da gestão do Presidente Arthur Lira. Realização das reformas administrativa e tributária.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, naturalmente, pelo estendido da hora, muitas vezes as pessoas podem imaginar nisso um problema. Eu vejo nisso uma demonstração de responsabilidade do Parlamento brasileiro com as entregas, naturalmente, que são importantes, umas pontuais, outras mais estratégicas. Acho que nós temos, sim, que ter orgulho.

Eu quero agradecer aqui, na condição de Vice-Líder do Governo, aos Parlamentares que nos acompanharam nas votações muito importantes durante todo este primeiro semestre. O Governo sempre deu condições para que pudéssemos enfrentar, primeiro, os desafios das mentiras, das calúnias, das difamações, das *fake news*, mas as respostas são extraordinárias. Nesta noite mesmo, milhares de novas doses de vacinas estão chegando aos Estados brasileiros. No meu Espírito Santo - eu postei inclusive nas redes sociais agora - está chegando mais um lote de vacinas importantes para que possamos continuar imunizando as pessoas de todo o País.

Lembro que todas as vacinas que chegaram e que estão chegando aos braços dos brasileiros foram adquiridas por decisão do Governo Federal, que teve competência e mobilizou toda a sua equipe. Todas as vacinas que chegam aos nossos braços são adquiridas e financiadas com recursos públicos - e quero lembrar muito bem disso -, foram gerenciadas e adquiridas com muita responsabilidade pelo Governo Federal.

Outra parte já reconhecida inclusive por organismos internacionais é a importância dos programas estratégicos do Governo para que pudéssemos começar o reaquecimento da nossa economia. E os números estão aí e são inquestionáveis. É preciso fazer um debate

importante.

As pessoas se remetem aos desempregados, mas nós temos que lembrar que no pré-pandemia números falsos foram apresentados aos brasileiros quando se falava em desemprego zero. Cerca de 40 milhões de brasileiros eram invisíveis, mas se prestou contas de quem era visível. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no pré-pandemia, 15 milhões não tinham CPF, eram invisíveis. Impossível saber se essas pessoas estavam trabalhando ou não.

E foi feito um trabalho extraordinário há mais de 1 ano, com o auxílio emergencial, foi feito um cadastramento em massa no País. O Brasil deu um *show*. Podem criticar, podem tentar achar problema, mas toda a equipe do Ministério da Cidadania, o Ministério do Planejamento e os órgãos de Governo fizeram o cadastramento dos brasileiros, e isso trouxe a legalidade. Vejam o esforço que foi feito.

Presidente, hoje percebemos um crescimento da nossa economia em V, aberto. A agricultura brasileira mais uma vez dando um *show*, dado o ambiente econômico que foi criado. Isso é muito importante, e o mundo tem orgulho. Os países queriam ter um Roberto Campos no seu Banco Central, um Paulo Guedes, com o seu jeito peculiar de ser, autêntico, coerente, mas de muita responsabilidade, com decisões inteligentíssimas. Enfrentar essa pandemia, segurando a questão fiscal, a questão financeira, não caindo no discurso fácil, mostrou realmente a grandeza de um Governo preparado.

Quanto aos nossos hospitais, devo dizer que sou muito ligado aos hospitais filantrópicos e quero fazer uma observação muito importante: na LDO que votamos hoje, Presidente Marcelo, há uma previsão que deve ser comemorada; aprovamos uma redação que permite que os recursos das emendas parlamentares possam ser usados para obras em nossos hospitais filantrópicos, em nossas APAES e em nossos Pestalozzis.

Era sempre um desafio ficarmos, às vezes, limitados em utilizar os recursos com equipamentos e custeio básico. Mas sabemos que as nossas Santas Casas, os nossos hospitais filantrópicos, as nossas Pestalozzis e APAES sempre precisam ampliar uma sala de tratamento, um centro cirúrgico, uma sala de recepção. E nós aprovamos na nossa LDO uma emenda de redação, da qual tive a oportunidade de ser o autor, permitindo que, a partir de agora, os recursos possam ser utilizados para obras e investimentos estruturantes nos nossos hospitais filantrópicos, nas nossas APAES e em nossas Pestalozzis.

Então, realmente, temos que comemorar um semestre de conquistas importantes. O Governo está fazendo um esforço extraordinário em

todos os Ministérios para que possamos dar esse atendimento na área da saúde e socorrer os nossos hospitais.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para fazer um agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde, que efetivamente são a turma que está vacinando. Cada vacina que chega em nossos braços - talvez, 99% delas - foi aplicada por esses agentes de vacinação das unidades de saúde dos Municípios.

E nós trouxemos também uma coisa muito importante para a nossa LDO, Presidente Marcelo Ramos, que deve ser valorizada, mas, às vezes, dela nos esquecemos: trouxemos uma valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias. Isso é algo estratégico, porque são esses os profissionais que fazem o primeiro atendimento. Isso mostra, naturalmente, a sensibilidade e o comprometimento do Parlamento e também do Governo, que tem criado condições para que isso possa chegar às pessoas.

Claro que existe um debate ideológico, um debate político. Eu estive presente todas as semanas, desde o início da pandemia, aqui neste plenário e conheço os debates e as posições. Mas quero relatar que o Governo tem uma base organizada, com partidos com muita responsabilidade. Mesmo alguns partidos, Presidente Marcelo, que às vezes não têm alinhamento direto com esse Governo reconhecem o mérito das propostas aqui apresentadas.

Portanto, estamos encerrando mais um semestre, diante de uma pandemia, com a recuperação da economia. E é claro que os pessimistas estão desesperados quando olham para a janela de agosto, setembro ou, no máximo, outubro e imaginam que estaremos com 100% da população brasileira vacinada e a pandemia resolvida. Estamos fazendo esse enfrentamento.

É claro que, naturalmente, precisamos respeitar o desespero dos pessimistas que torciam contra e achavam que o Brasil não iria dar essa resposta. Quando se olha para o cenário de vacinação, vemos que Estados Unidos, China, Índia e outros países vacinaram mais do que o Brasil. Mas isso ocorre porque governos anteriores investiram em fábricas de vacina para dar respostas à população. E o Brasil cumpre com o seu papel e mostra eficiência logística extraordinária.

Naturalmente, vou respeitar os pessimistas, mas preciso compreender a dor que está no coração deles porque estão acabando os argumentos para justificar esse não enfrentamento.

Quando fizemos o PRONAMPE, que foi um programa emergencial, talvez tenhamos deixado um dos grandes legados dessa pandemia. O

Parlamento autorizou e, agora, o Governo transformou o PRONAMPE em um programa definitivo, reconhecendo a importância das pequenas e microempresas para todo o País. Vai ser um programa extraordinário.

Tivemos votações importantíssimas, de forma que vamos encerrar este semestre de 2021 com grandeza nos resultados, com a economia se recuperando e dando respostas à nossa saúde, respostas do tamanho necessário à nossa importância.

Eu quero enaltecer, naturalmente, o nosso Líder, mas também agradecer a todos os partidos que cederam nomes para Vice-Líderes, que trabalharam com os Líderes dos nossos partidos da base, sempre no consenso.

Naturalmente, Presidente Marcelo Ramos, quero destacar, na pessoa de V.Exa., que nós somos liderados pelo Presidente Arthur Lira. O Deputado Arthur Lira tem mostrado grandeza nas suas decisões. A sua serenidade mostrou que ele realmente se preparou para poder chegar ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que é notória a capacidade dele de ouvir, a capacidade dele de não interferir, de determinar e construir com os Presidentes da nossa base e com os Relatores competentes extraordinários relatórios.

Dentro desse contexto, acho que o Parlamento brasileiro está cumprindo o seu papel, está dando resposta para toda a sociedade, permitindo que os nossos Ministros façam políticas realmente estruturantes em todas as suas frentes. Todos os seus Ministros estão cumprindo o seu papel brilhantemente - o Governo está dando essa condição. E o Parlamento está com uma base sólida e organizada.

E aqui, seguido pelo nosso Líder Cacá Leão, do Partido Progressista, quero reconhecer que nesses próximos 15 dias vamos poder respirar, porque nós temos um segundo semestre de muitos desafios. Entre eles, vai tramitar nesta Casa a tão necessária reforma administrativa para que possamos repensar, reavaliar e reconsiderar o Estado brasileiro - é um desafio de todos nós - e também a reforma tributária. O sistema tributário brasileiro é ultrapassado e precisa de modernização.

Muito obrigado a todos que nos ajudaram até aqui.

Documento 9/9

79.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 15/07/2021 -
	CD	00:36
Publ.: DCD - 16/07/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa de proposições de interesse da bancada feminina. Inconformismo com a não votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Contrariedade à exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação da Lei nº 12.651, 2012, (Código Florestal Brasileiro), em áreas urbanas, inclusive em áreas consolidadas. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, acerca de alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à regulamentação de áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Retomada das atividades comerciais e da geração de emprego e renda no País. Votação pela Casa de relevantes proposições destinadas à retomada do crescimento da economia brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os Deputados, em especial V.Exa., que está substituindo o nosso Presidente Arthur Lira neste momento, até esta hora, aprovando projetos importantes, como o da primeira infância e os projetos fundamentais da bancada feminina.

Sr. Presidente, lamentei o fato de não termos conseguido votar o projeto de regularização fundiária porque esse projeto é fundamental para o Brasil. E eu consegui apoio para uma emenda que derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana do Brasil. O Brasil está parado. A construção civil, fundamental para a geração de emprego e renda, está parada, neste momento de dificuldade do nosso País. E, pior do que isso, essa decisão do STJ dá a entender que isso vale para as áreas consolidadas. Ora, se isso for verdade, nós teremos que derrubar parte das edificações do Brasil.

Essa emenda é de minha autoria, e, se ela for aprovada - eu peço o apoio de todos no reinício dos trabalhos -, passamos essa definição do recuo nos rios para o parcelamento do solo e para o plano diretor dos Municípios do nosso País.

Sr. Presidente, eu também quero comungar da posição de alguns Parlamentares que se pronunciaram há pouco dizendo que estamos todos animados porque estamos vencendo a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. O povo está sendo vacinado; as atividades comercial, turística, cultural, esportiva e outras atividades começam a ser definitivamente reaquecidas; e, com isso, volta a geração de emprego e renda no nosso País.

Paralelamente a esse trabalho de combate à pandemia, e não poderia ser diferente, com o apoio do Congresso Nacional, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, temos apoiado o nosso Governo, a Presidência da República, no sentido de promovermos a retomada da economia do País.

Vejam quantos projetos importantes votamos este ano: nós votamos a autonomia do Banco Central, que era um sonho de 30 anos; nós votamos o marco regulatório do saneamento básico; nós votamos a lei do gás; nós votamos a PEC Emergencial, que promove efetivamente o equilíbrio fiscal no Brasil; nós votamos a lei do licenciamento ambiental, uma lei fundamental, porque o Brasil está engessado, bilhões de recursos estão paralisados, porque os órgãos ambientais não dão o licenciamento ambiental, e essa lei ambiental, que vai para o Senado, dá autonomia aos Municípios e, dependendo da natureza, da localização do empreendimento, se o impacto ambiental não é grande, possibilita que alguns tipos de empreendimentos sejam realizados inclusive sem licenciamento.

Então, nós fizemos votações fundamentais, que efetivamente promovem o desengessamento da economia do País e, como resultado, associadas às privatizações, temos as reformas, que começam a andar na Câmara dos Deputados, como a reforma tributária, necessária e fundamental.

Nós temos que promover uma reforma tributária, sonhada há muitas décadas e que não acontece, que venha a simplificar o recolhimento dos impostos, porque se gasta muito para promover o recolhimento - o setor produtivo sabe disso que eu estou dizendo -, que venha a dar transparência, para que o contribuinte saiba o que ele está pagando, e, sobretudo, que seja mais justa, porque hoje nós tributamos em 49% o consumo e em 22% a renda, exatamente o contrário do que os países desenvolvidos fazem, ou seja, o trabalhador ganha dois, consome dois e é tributado, portanto, na sua totalidade, o que não acontece com a renda, com aqueles que ganham muito.

E temos a reforma administrativa, de que eu tive a honra de ser o Relator na CCJ, da admissibilidade, e que agora está em curso na Comissão Especial, de que é Presidente o Deputado Fernando Monteiro e Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia, muito experiente, muito dedicado, e as audiências públicas estão acontecendo. Essa é uma reforma fundamental porque não tira nenhum direito dos servidores atuais, promove uma economia de aproximadamente 300 bilhões em 10 anos e cria, é claro, outro modelo de servidor público, a partir do ano que vem, o que se faz necessário, porque lamentavelmente o serviço público no Brasil é muito lento e muito caro, com algumas exceções.

Nós precisamos modernizar o serviço público, nós precisamos adequar o serviço público aos novos tempos, nós precisamos oferecer um serviço público com melhor qualidade.

Portanto, com todas essas ações do Governo, e respeitando a Oposição, mas discordando muitas vezes, é claro, da posição da Oposição... Em alguns momentos até aprendemos com a Oposição. Ela é fundamental quando é feita com racionalidade e com inteligência. Eu estou acompanhando a fala o Deputado Molon, que é um opositor muito racional, muito preparado. O debate e as divergências é que fazem com que possamos crescer na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Enfim, com essas ações, Presidente Marcelo, o que está acontecendo? Nós estamos percebendo a retomada econômica do Brasil. No primeiro trimestre deste ano, em comparação ao último do ano passado, nós crescemos 1,2% do PIB. Os organismos internacionais, os bancos internacionais, as agências econômicas, enfim, os estudiosos estão...
